



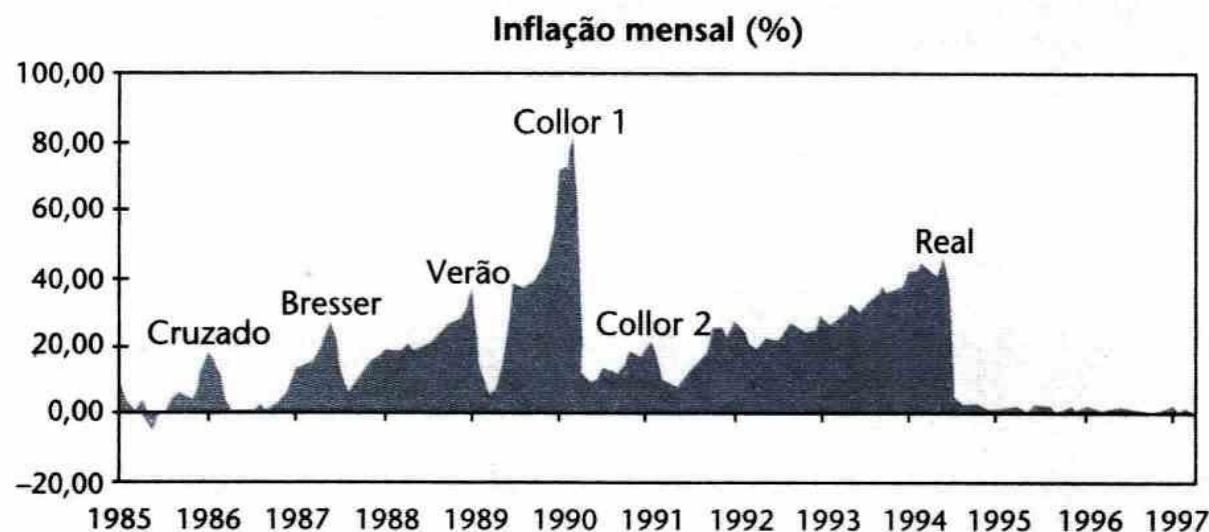
Universidade
Potiguar

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

ESTABILIZAÇÃO COM DESEQUILÍBRIO: A "HERANÇA DE FHC PARA FHC"

O ano de 1994 marcou uma mudança de longo alcance na economia brasileira. Após uma série de planos de estabilização fracassados, o Plano Real obteve o primeiro sucesso na contenção da expansão do nível dos preços que, desde os anos de 1980, já podia ser caracterizada como uma superinflação.



(Fonte: Ministério da Fazenda)

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

A política econômica do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) deu absoluta ênfase à consolidação do ambiente de estabilidade de preços. Durante todo o período, foi mantido um regime cambial semifixo, baseado na administração de estreitas bandas de flutuação. Permitiu-se uma desvalorização cambial a um ritmo relativamente estável, porém insuficiente para a redução do desequilíbrio do mercado em relação ao câmbio real de equilíbrio.

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

- **O regime de câmbio fixo**, flexibilizado pelas bandas cambiais, foi substituído por uma flutuação suja, na qual o Banco Central manteve a intervenção na forma de venda pontual de reservas e oferta de títulos públicos indexados à taxa de câmbio.
- **O regime monetário**, anteriormente atrelado à defesa das bandas cambiais, foi substituído pelo sistema de metas inflacionárias.
- **O regime fiscal** foi alterado a partir da introdução, no fim de 1998, de um compromisso de política econômica relativo à manutenção de um superávit primário elevado o suficiente para produzir a estabilização da razão entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB).

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC



A política macroeconômica do segundo governo de **Fernando Henrique Cardoso** (1999-2002) foi marcada por mudanças nas áreas fiscal, cambial e monetária.

Área fiscal - gerou superávit primário e avançou-se nos esforços de reforma estrutural.

Área cambial - a passagem do regime de câmbio administrado para uma flutuação permitiu o ajuste do elevado déficit em conta corrente verificado no primeiro mandato.

Área monetária - o regime de metas de inflação substituiu a subordinação da política monetária à defesa do regime cambial.

A MUDANÇA DO REGIME FISCAL A MUDANÇA DO REGIME CAMBIAL A MUDANÇA DO REGIME MONETÁRIO

Uma análise cuidadosa da política econômica do período FHC desaconselha caracterizá-la como uma estratégia uniforme ao longo do tempo, uma vez que acusou sensível reorientação no segundo mandato.

O regime de política econômica do primeiro mandato foi substituído a partir do fim de 1998 e começo de 1999.

Assim, no período de 1995 a 1998, o esforço de estabilização veio acompanhado de desequilíbrios fiscais e externos. Um importante passo na direção da reversão desses desequilíbrios foi dado em 1999. Promoveu-se naquele ano uma tríplice mudança de regime, envolvendo os **regimes cambial, monetário e fiscal**.

A EFETIVIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA NO SEGUNDO MANDATO LIMITAÇÕES: AMBIENTE FINANCEIRO E HERANÇA DOS DESEQUILÍBRIOS

O segundo mandato teve início em ambiente turbulento. Nos primeiros dias do novo governo, o estado de Minas Gerais anunciou que não honraria o pagamento de um bônus vincendo, causando incerteza no mercado financeiro. O regime de câmbio administrado, já combalido pelas saídas de capital, quase contínuas desde a crise asiática, sucumbiu à pressão e foi abandonado. Simultaneamente, o quadro institucional da política econômica foi abalado pelo pedido de demissão da diretoria do Banco Central. Formaram-se expectativas negativas quanto à solvência da economia brasileira, sobretudo nos mercados financeiros internacionais.

A TRÍPLICE MUDANÇA DE REGIME NO SEGUNDO MANDATO

O regime de política econômica do primeiro mandato foi substituído a partir do fim de 1998 e começo de 1999. O sumaria as características dos regimes fiscal, monetário e cambial no primeiro mandato e as mudanças verificadas no segundo mandato, destacando a data efetiva em que estas ocorreram; dessa forma, as alterações não necessariamente coincidem de forma precisa com a cronologia dos mandatos.

Assim, no período de 1995 a 1998, o esforço de estabilização veio acompanhado de desequilíbrios fiscais e externos. Um importante passo na direção da reversão desses desequilíbrios foi dado em 1999. Promoveu-se naquele ano uma tríplice mudança de regime, envolvendo os regimes cambial, monetário e fiscal:

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

A mudança do regime monetário

O relaxamento da âncora cambial, no início de 1999, trouxe preocupações quanto ao recrudescimento do processo inflacionário. Naquele momento, não era possível antecipar, com um grau razoável de segurança, pelo menos duas variáveis relevantes: o novo nível de equilíbrio da taxa de câmbio e o coeficiente de repasse da desvalorização cambial para o nível de preços. A incerteza permitiu inclusive o surgimento de previsões catastrofistas de até 50% de inflação naquele ano.

A retomada da estabilidade das expectativas de inflação foi facilitada por uma série de fatores, entre eles:

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

- O próprio ambiente de preços estáveis que, naquele momento, já perdurava por quatro anos e meio, e que explica a relativa desindexação da economia por ocasião da troca de regime cambial.
- O resultado positivo da safra agrícola de verão, que continuava a se expandir em resposta a uma política agrícola bem-sucedida no tocante à ampliação da oferta exportável.
- Os ganhos de eficiência associados à maior exposição da economia ao mercado mundial.
- O ambiente recessivo da economia, combatida pela crise da Rússia desde o segundo semestre de 1998.
- A rápida recomposição no comando da área econômica após a crise que culminou com a mudança do regime cambial.

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

Enquanto no primeiro mandato a política monetária atuava de forma subordinada às necessidades de fluxo cambial ditadas pela defesa do regime semifixo, no novo ambiente, a política monetária ganhou graus de liberdade. A nova âncora para as expectativas inflacionárias passou a ser o regime de metas de inflação medidas pelo IPCA. Estas, por sua vez, passaram a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional e executadas pelo Banco Central.

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

A recuperação do país diante da crise de 1999 desmentiu as previsões mais pessimistas. Não houve ruptura na rolagem da dívida pública; a inflação ao consumidor acumulada em doze meses não saiu da casa de um dígito e o PIB não apresentou queda em termos reais no ano. Após a recuperação da crise cambial, verificou-se um período de relativa estabilidade financeira que atravessou o ano 2000. Naquele período, a taxa de câmbio flutuou ao redor do patamar de R\$1,80 por dólar e os juros permaneceram em queda. Atingiu-se no dia 15 de março de 2001 o patamar mais baixo em termos nominais da história da taxa Selic, de 15,1% ao ano. A relativa calma foi interrompida ainda no primeiro trimestre do ano 2001, quando a taxa Selic retomou um movimento de alta.

O LEGADO DO SEGUNDO MANDATO E OS NOVOS DESAFIOS

A crítica ao período FHC é equivocada ao ignorar as profundas modificações que ocorreram nas políticas monetária e cambial a partir de 1999, caracterizadas neste trabalho como a tríplice mudança.

O primeiro período FHC marcou a conquista da estabilidade de preços e a promoção de um novo marco regulatório nos segmentos de infra-estrutura, embora com elevados custos do ponto de vista do equilíbrio do balanço de pagamentos. O período do segundo mandato marcou o restabelecimento de políticas monetária e cambial mais equilibradas, que criaram as condições de solvência tanto do setor público como do setor externo.

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

- No entanto, a sucessão de choques externos desfavoráveis, em presença de desequilíbrios que foram acumulados no esforço de estabilização durante o primeiro mandato, terminaram por comprometer o crescimento e reforçaram o processo de fadiga das reformas estruturais, especialmente a reforma tributária e o aperfeiçoamento do marco regulatório. Assim, o novo papel regulador do Estado foi implementado apenas parcialmente. Tais circunstâncias impediram uma elevação da taxa de investimento e uma retomada sólida da economia.
- Uma herança positiva do segundo mandato foi a redução na volatilidade do produto. Em momentos anteriores, as crises internacionais levaram a contrações no PIB, seguidas de recuperações intensas. No fim do segundo mandato, já se podia observar um quadro bastante diverso. Mesmo submetida a intensos choques domésticos e externos a partir de 2001, a economia apresentou taxa de crescimento relativamente estável de 1,5% ao ano em 2001 e 2002.

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

Em especial, um desafio importante para a nova gestão macroeconômica é a superação da fadiga reformista do segundo mandato FHC. Em parte, tal fadiga está relacionada à ferrenha oposição exercida pela mesma corrente que hoje defende parte das reformas e que está no governo.

É importante evitar o equívoco de se fazer reformas sem objetivos claros. É notório, pelo início da administração Lula, que falta o fio condutor do desenvolvimento às propostas de reforma do governo. Isso é particularmente verdadeiro no caso da proposta de mudança do sistema tributário. As propostas iniciais tiveram como característica um viés de aumento da carga tributária, foram mantidas distorções sérias como a cumulatividade e a proposta não atacava a regressividade do sistema tributário.

ASPECTOS ECONÔMICOS DO GOVERNO DE FHC

Finalmente, cabe notar que a política macroeconômica não é tudo. A atenção às reformas deveria estar contida em um projeto maior voltado para o desenvolvimento. As reformas em si deveriam considerar a necessidade de maior estímulo à inversão produtiva, além de incentivo ao aumento da produtividade total dos fatores. Mas, além das reformas, é essencial voltar a atenção para um projeto de desenvolvimento que inclua muitos aspectos de gestão da política econômica, como a necessidade de redução do risco regulatório no Brasil, que hoje constitui um dos principais entraves ao investimento, à produção e ao emprego no país.



Universidade
Potiguar

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

OBRIGADO

